

Por que ratificar a Convenção contra a Tortura?



CONVENTION AGAINST TORTURE INITIATIVE
CTI2024.ORG

Há diversas boas razões para explicar porque 166 Estados ratificaram a Convenção contra a Tortura e outros Tratamentos Cruéis, Desumanos ou Degradantes da ONU (Convenção, ou UNCAT):

1. A Convenção obriga e orienta Estados, através de um processo de aprimoramento sobre a efetiva proibição, prevenção, punição da tortura e reparação para vítimas.
2. A ratificação envia uma mensagem poderosa, na qual o Estado que ratifica e a comunidade internacional estão unidos em sua convicção de que a tortura nunca deve ser tolerada sob quaisquer circunstâncias.
3. Um aspecto quase que único entre os tratados de direitos humanos diz respeito ao fato de que a UNCAT contém uma lista prática de medidas para prevenir a tortura e maus tratos ou penas, enquanto dá aos Estados a necessária flexibilidade para adaptar essas medidas conforme o contexto nacional.
4. A Convenção fortalece o Estado de direito e a administração da justiça, facilita a efetiva aplicação da lei e proporciona uma administração mais segura dos lugares de detenção. Esses aspectos promovem estabilidade, investimento econômico e os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (especialmente o ODS16).
5. A ratificação também proporciona uma oportunidade única para redefinir a relação entre o Estado e seus cidadãos. Ela proporciona um espaço para governos se retratarem por incidentes históricos ou mais recentes, abolirem práticas danosas, e darem a oportunidade às vítimas de tortura a dar seu depoimento. Ao fazerem isso, os setores relevantes aumentam a conscientização sobre os padrões de conduta adequados.
6. Os processos de ratificação geralmente envolvem consultas com vários atores relevantes, como forma de aprimorar a transparência e aumentar a confiança do público nas instituições públicas e nas autoridades.

7. Tornar-se parte da UNCAT pode apoiar Estados a adotar garantias para prevenir a tortura e os maus tratos e a fornecer às vítimas vias de recurso eficazes. Isso dá ao Estado a oportunidade de revisar, aprimorar e atualizar legislações, regulamentos, políticas e procedimentos existentes.

8. A ratificação também estimula o incremento de treinamentos para funcionários encarregados de aplicar a lei e outros atores relevantes, e permite a troca de boas práticas e desafios entre Estados.

9. A ratificação auxilia na construção de confiança mútua entre Estados, o que se torna relevante em assuntos relativos a não-refoulement e extradição.

10. A ratificação pode levar a um maior apoio internacional para as necessárias reformas em setores relevantes em um dado país.

Sobre a Iniciativa da Convenção contra a Tortura (CTI)

Em março de 2014, os governos do Chile, Dinamarca, Fiji*, Gana, Indonésia e Marrocos lançaram uma iniciativa global com duração de 10 anos que objetiva promover a ratificação e a implementação universal da Convenção contra a Tortura e outros Tratamentos Cruéis, Desumanos ou Degradantes da ONU (UNCAT ou a Convenção).

Os objetivos imediatos da CTI são: identificar os desafios e obstáculos para a ratificação e a implementação da UNCAT; abordar esses obstáculos através da cooperação, assistência e diálogo entre Estados; tornar-se um ponto focal para compartilhar conhecimento e boas práticas entre governos; construir uma plataforma global composta por Estados, ONU, ONGs nacionais e internacionais e especialistas para um trabalho conjunto em prol da realização da visão da CTI.

*Fiji juntou-se ao grupo de Estados da CTI em Fevereiro de 2019